

## Maciel pede contribuição para aprimorar Regimento

Marco Maciel, presidente da comissão destinada a promover a reforma do Regimento Interno, acredita que a mudança deve melhorar funcionamento do Senado.

Página 8



Roosevelt Pinheiro

## Tourinho quer resgatar a PEC Paralela do Senado

Relator da PEC Paralela na Comissão de Justiça, Rodolpho Tourinho diz que pretende manter o espírito da proposta aprovada por unanimidade pelo Senado.

Página 8



Roosevelt Pinheiro

# Congresso cria CPI dos Correios

Com assinaturas de 52 senadores e 240 deputados, requerimento lido em sessão do Congresso Nacional pede a apuração de responsabilidade por "atos delituosos" que teriam sido praticados na estatal. Renan Calheiros afirma que investigações não vão paralisar a agenda do Senado, que tem reformas para votar



José Cruz

As lideranças partidárias têm 30 dias para fazer as indicações dos 30 componentes da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará denúncias de corrupção nos Correios. Caso as designações de 15 senadores e igual número de deputados não sejam feitas, os integrantes da CPI podem ser nomeados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ao presidir a sessão de quarta-feira, em que foi lido o requerimento, Renan Calheiros afirmou que o radicalismo não é bom conselheiro: segundo ele, há excessos e destempero de todos os lados. Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL, José Agripino, denunciaram tentativa de manobra para adiar a CPI. O líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, aplaudiu a decisão de sua bancada de não assinar o requerimento.

Páginas 3 a 6

**INVESTIGAÇÃO** No Plenário (foto acima), parlamentares acompanham a leitura do requerimento da CPI. Na Mesa, Renan (entre Inocêncio, Severino e Efraim) diz que "radicalismo não é bom conselheiro"



J. Freitas



**CONTROVÉRSIA** Garibaldi diz que nunca uma obra pública foi objeto de tantos debates no país

## Garibaldi defende transposição do rio São Francisco

O projeto de transposição do rio São Francisco é essencial para o Nordeste, defendeu o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), em pronunciamento dedicado a rebater argumentos contra a obra.

O parlamentar explicou que cerca de 80% da água armazenada no semi-árido são perdidos por evaporação, daí a necessidade de guardá-la para os períodos secos, o que faz da transposição um projeto de segurança hídrica. A integração das bacias garantiria essa fonte perene com apenas 1,4% da vazão mínima do seu manancial, disse. O senador também contestou que a obra irá beneficiar áreas que já dispõem de água, segundo ele, um recurso sempre insuficiente na região.

Aos que reclamam do pouco debate sobre o projeto, Garibaldi retruca afirmando que nunca uma obra foi tão discutida no Brasil. Ele lembrou que foram realizados mais de 250 debates em diversos fóruns do país e 15 audiências públicas.

Ney Suassuna (PMDB-PB), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Jefferson Péres (PDT-AM) e César Borges (PFL-BA) sugeriram um dia para o debate do tema em Plenário.

# Sibá rechaça ingerência externa sobre Amazônia

■ Internacionalização da área, ele afirma, é tão absurda quanto imaginar uma possível divisão do Louvre

O senador Sibá Machado (PT-AC) condenou pressões pela internacionalização da Amazônia e defendeu a gestão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele disse que, na maioria dos estados da região, o desmatamento recuou.

– Quando o mundo acabar com a fome e com a guerra e dividir o Museu do Louvre, a Amazônia também será internacionalizada – afirmou.



Fotos: Rosewell/Pmheiro

**APOIO** Sibá também manifestou-se em defesa da gestão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva

Sibá elogiou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Amazônia é coisa nossa”, com críticas a declarações do comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, para quem o Brasil

tem que responder pelo desmatamento da floresta. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam, entre 2003 e 2004, a derrubada de mais de 26 mil quilômetros quadrados de floresta na Amazônia, fato que repercutiu em todo o mundo.

Ideli Salvatti (PT-SC) criticou as emissões de gás carbônico nos países desenvolvidos e Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que essas nações destruíram todas as suas florestas. Serys Slhessarenko (PT-MT) assegurou que o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, acusado de desmatar áreas da Amazônia, deve se explicar no Senado. Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a ministra Marina Silva.



**PADRÃO** Transparência e fidelidade aos fatos distinguem trabalho da emissora, afirma Tuma

## Evolução da TV Senado destacada por Romeu Tuma

A TV Senado foi homenageada, em Plenário, pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele lembrou que a Casa criou sua central de vídeo há 12 anos, por inspiração do então senador Humberto Lucena, e que foi sob a presidência de José Sarney, em 1996, que essa unidade se transformou na “primeira televisão legislativa da América do Sul”. O parlamentar também homenageou a jornalista Marilena Chiarelli, que era diretora da TV Senado e está se aposentando.

– Ao contrário do que algumas vozes propugnavam, não se construiu um veículo corporativo apenas para falar bem da classe política. Pelo contrário, o princípio da transparência e da fidelidade aos fatos nos fez cortar a própria carne, ao vivo e em cores, para todo o país, mostrando, sem cortes ou edições, o pleno funcionamento das comissões parlamentares de inquérito e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Tuma ressaltou que a TV Senado mostrou-se pioneira mesmo quando comparada a países mais avançados, como a França e a Inglaterra. O senador disse, que muito antes dos principais parlamentos europeus pensarem em se comunicar diretamente com seus cidadãos, a TV Senado já levava a todos os cantos do país os trabalhos legislativos, as votações e os debates parlamentares.

## Homenagem a Fernando Franco

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) solidarizou-se com a família do desembargador sergipano Fernando Ribeiro Franco, falecido aos 65 anos em São Paulo, na última segunda-feira.

– Ele exerceu seu mandato no Tribunal de Justiça de Sergipe com espírito justo, merecendo o respeito e a admiração de todos os seus conterrâneos – ressaltou.

## Agenda

### Sessão de debates em Plenário

Os senadores participam de sessão não deliberativa hoje, a partir das 9h. As atividades se resumirão a pronunciamentos dos congressistas, à leitura de projetos e a

comunicados das lideranças e da Mesa. Na próxima semana, o Plenário deve concluir a votação dos indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

órgão de controle externo criado pela reforma do Judiciário. Além disso, podem chegar à Casa duas propostas originadas de medidas provisórias.

### Uso de correio eletrônico corporativo

A Rádio Senado apresenta no sábado, às 20h, reportagem sobre o uso de e-mail corporativo. A polêmica sobre o assunto surgiu de decisão do Tribunal

Superior do Trabalho que permitiu a demissão, por justa causa, de um funcionário que utilizava o e-mail da empresa para fins pessoais.



### Regimento Interno

Na segunda-feira, após a ordem do dia em Plenário, a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno promove reunião. Os senadores devem discutir as propostas para agilizar os trabalhos das comissões da Casa.

### Atividade pesqueira

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com reunião marcada para terça-feira, às 9h, promove audiência com o ministro da Pesca, José Fritsch. Ele vai comentar o panorama da atividade pesqueira no Brasil.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Requerimento de criação de CPI para apurar denúncias de corrupção nos Correios é lido em sessão do Congresso. Afirmando que o pedido atende às exigências da legislação, presidente do Senado rejeita questão de ordem contra abertura da comissão

## CPI terá 180 dias para fazer investigação

Com assinaturas de 240 deputados e 52 senadores, foi criada na quarta-feira a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar, no prazo de 180 dias, denúncias de corrupção nos Correios. O número mínimo de assinaturas para garantir a criação da comissão seria de 171 deputados e 27 senadores – um terço do total de componentes de cada Casa do Legislativo.

O número final de adesões à CPI foi anunciado na madrugada de quinta-feira, mas as assinaturas ainda devem ser conferidas hoje. O requerimento foi lido em sessão do Congresso Nacional, na quarta-feira. As lideranças terão 30 dias para indicar os componentes da comissão – 15 senadores e igual número de deputados. Caso não o façam, os integrantes da CPI serão designados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.



**ESTABILIDADE** "Já houve CPIs mais complexas, e nem por isso o Brasil parou", afirma Renan, na presidência da sessão

Na sessão, Renan disse que as instituições estão sólidas e que o país se encontra mais próxi-

mo de uma "crise institucional maquinada na retórica" do que de uma crise de fato.

– Já houve CPIs com apurações mais complexas e nem por isso o Brasil parou. Como presi-

dente do Senado, não vou paralisar a nossa agenda, pois temos reformas para votar, como a política e a tributária, além da alteração do rito das medidas provisórias, da reforma do Regimento e das medidas para eliminar a burocracia.

Após a leitura, o deputado João Leão (PL-BA) apresentou questão de ordem contra a CPI, sob o argumento de que ela teria caráter "genérico e indeterminado". O argumento foi contestado pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Renan decidiu contrariamente à questão de ordem, ao observar que todas as condições previstas na Constituição e no Regimento Comum haviam sido cumpridas. Ele enviou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara o recurso de Leão contra a sua decisão. Mas a medida não tem car-

### Heloísa Helena



**MUDANÇA** Senadora diz que muitos que são contra a CPI participaram com ela de atos de protestos

### Governo usa argumentos da época de FHC

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou, na sessão do Congresso Nacional, que a atual administração tem utilizado os mesmos argumentos que o governo Fernando Henrique Cardoso usava para engavetar comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

– O que mais entristece é que muitos dos que hoje estão tentando aniquilar essa CPI estavam junto comigo nas ruas, há três anos, nas manifestações do "Xô Sarney", do "Fora Collor" ou do "Fora FHC" – lamentou a representante alagoana.

### Objetivo é apurar denúncia de corrupção

O requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios solicita a investigação das "responsabilidades pelos atos delituosos" que teriam sido praticados por "agentes públicos" na estatal. O pedido toma como base reportagem publicada na edição de 18 de maio da revista *Veja*.

Segundo a matéria, intitulada "O Homem-Chave do PTB", o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, teria

recebido R\$ 3 mil, a título de "adiantamento", de dois empresários interessados em participar do grupo de fornecedores de equipamentos de informática para a estatal. Ainda de acordo com a publicação, o diretor teria informado a existência de esquema de corrupção nos Correios e mencionado a existência de mecanismos semelhantes em outras estatais.

– A íntegra da reportagem revela outros indícios de atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da administração públi-

ca em desvios, da maior gravidade, que requerem apuração imediata com os instrumentos do devido processo legal de apuração presentes na comissão parlamentar mista de inquérito que ora requeremos – afirma o documento, que foi protocolado, semana passada, na Mesa do Congresso pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE), e pelos deputados Rodrigo Maia (PFL-RJ), Alberto Goldman (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

### Ideli Salvatti



**APURAÇÃO** Fatos denunciados pela imprensa estão sendo investigados na Polícia Federal e na Justiça

### "É preciso aguardar parecer da CCJ da Câmara sobre questão de ordem"

Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou, durante a sessão conjunta, que é preciso definir o que vai ser investigado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios.

– Ninguém discute que houve efetivamente uma corrupção explícita, filmada, gravada e que está sendo prontamente investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça. Mas o que a oposição quer? A oposição quer um palanque antecipado para as eleições de 2006? Ou quer investigar o caso

dos Correios, que a Justiça já está investigando?

A senadora disse que seria necessário aguardar o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara sobre recurso do deputado João Leão (PL-BA) contra a decisão do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, de não acatar questão de ordem que pretendia o indeferimento do pedido de criação da CPI. Para Ideli, é preciso monitorar e acompanhar diariamente o desenrolar dos fatos.

### Alvaro Dias



**CRÍTICA** Parlamentar condena tentativa do governo de retirar assinaturas do pedido de criação

### "Pressão sobre a base aliada constitui crime"

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que as pressões que estariam sendo feitas pelo presidente Lula e seus ministros sobre os parlamentares da base para a retirada de assinaturas no pedido de criação da CPI implicariam crime de responsabilidade.

– É crime de responsabilidade essa tentativa do governo, a partir do presidente, e por extensão, de seus ministros, de pressionar a base aliada para a retirada de assinaturas, com ameaças de que vão cortar o pão-de-ló ou não liberar as emendas – destacou.



Ao conduzir sessão do Congresso, Renan Calheiros observa que "homens públicos precisam ter serenidade e ponderação" e garante que cumprirá seu papel "com responsabilidade e isenção". Implicações de criar CPI foram debatidas também no Plenário do Senado

## Renan: o radicalismo não é bom conselheiro

"Já atravessamos turbilhões piores e o país caminhou", afirmou na manhã de quarta-feira o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao conduzir a sessão do Congresso em que foi lido o requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar suspeitas de irregularidades nos Correios.

– Até os observadores mais desatentos reconhecem que o país atravessa uma circunstância política delicada. Embora incômoda, ela é superável. Homens públicos precisam ter serenidade e ponderação. Não é, infelizmente, o que estamos verificando nos últimos dias. Há excessos e destemperos de



**FORMALIDADE** Ao lado de Severino Cavalcanti, Renan (D) lê requerimento de criação da CPI para investigar denúncia de cobrança de propina nos Correios

todos os lados. Todos sabemos que radicalismos e tensionamentos não são bons conse-

lheiros, especialmente em momentos como o atual.

Na avaliação de Renan, já

houve CPIs com apurações mais complexas e nem por isso o Brasil parou. Pelo contrário, "o país vive plena maturidade democrática, e as próprias CPIs deram contribuições institucionais relevantes para isso". Segundo o presidente do Senado, cabe aos homens públicos dar respostas à sociedade.

– Respostas adequadas à população só fortalecem a instituição, e nossa condição impõe uma sintonia fina com a sociedade. Vamos cumprir nosso papel com responsabilidade e isenção. Vamos continuar trabalhando e banir do nosso dia-a-dia iniciativas clientelistas, ações fisiológicas e defesas corporativas.

Em seu discurso, ouvido silenciosamente por deputados e senadores, Renan criticou termos usados, nos últimos dias, por homens públicos que comparam o momento atual com as crises do passado.

Renan afirmou que a CPI é um instrumento democrático da minoria, reconhecendo, no entanto, que cabe à maioria exercer suas prerrogativas. Como presidente do Senado, ele disse que saberá respeitar a imparcialidade e zelar pela convivência democrática entre os Poderes. "Também como presidente não vou paralisar nossa agenda ou permitir passivamente que ela seja poluída. Temos reformas por votar."

### José Agripino



**DESABAFO** "Se aquilo não é fato determinado, não vale mais a pena estar na vida pública"

### Prova de corrupção explícita

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), sustentou haver fato determinado para a criação da CPI, ao contrário do que teria alegado, em questão de ordem, o deputado João Leão (PL-BA), após a leitura do requerimento para criar a comissão, na sessão do Congresso.

– Se aquilo que foi divulgado pela imprensa não é corrupção explícita e fato determinado, o que é corrupção explícita? Se aquilo não é fato determinado, não vale mais a pena estar na vida pública – afirmou Agripino, em referência às imagens, veiculadas pela imprensa, do ex-chefe de contratação dos Correios Maurício Marinho recebendo propina.

### Arthur Virgílio



**REAÇÃO** "Minha estranheza é sobre o porquê de tanta dificuldade se o gatuno é um só"

### "Longe de nós investir contra a democracia"

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apontou manobra do governo para adiar o início da apuração das denúncias. Ele fez a declaração logo após o deputado João Leão pedir, na sessão do Congresso, o indeferimento do requerimento de criação da CPI.

O senador rebateu o argumento de que não haveria fato determinado para ser apurado no caso dos Correios e frisou que não existe nenhuma tentativa de desestabilização do governo por parte da oposição.

– Longe de nós investir contra a democracia. Queremos Lula até o último minuto dirigindo este país. Minha estranheza é sobre o porquê de tanta dificuldade se o gatuno é um só.

### Delcídio Amaral



**PROVIDÊNCIAS** "O governo afastou o principal envolvido, além de instaurar inquérito"

### "Fato isolado" não justifica criação de CPI

A decisão de não assinar o requerimento de criação da CPI, tomada por unanimidade, na quarta-feira, pela bancada do PT no Senado foi, na avaliação do líder do partido, senador Delcídio Amaral (MS), "madura, equilibrada e responsável". Para ele, o que ocorreu nos Correios "é um fato isolado", não sendo necessária, portanto, a criação de uma CPI.

– Além do mais, o governo, por meio da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União e com o apoio do Ministério Público, tomou de imediato as devidas providências, ou seja, afastou o principal envolvido nas denúncias, o seu respectivo chefe de departamento, além de instaurar inquérito.

### José Jorge



**DESCONFIANÇA** Ocupantes de cargos de relevo estão sob suspeita de prática de corrupção

### Indicados pelo PTB devem ser destituídos

O líder da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), defendeu, na quarta-feira, em Plenário, a destituição pelo governo de todos os nomes indicados pelo PTB que ocupam cargos de relevo em empresas públicas e estatais. Em sua avaliação, tal como os funcionários e diretores dos Correios já foram suspensos de suas funções, eles também estariam sob suspeita de prática de corrupção.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) explicou que a Polícia Federal nunca é acionada para apurar denúncias de corrupção, como o governo tem anunciado. O senador disse que essa é uma obrigação constitucional e sempre deve ser cumprida pela corporação.

### Antonio Carlos



**AValiação** "Foi tudo montado, e mal montado, para duvidar da inteligência dos congressistas"

### "Figura mais destacada do país"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a CPI iria acontecer, embora o ex-chefe de departamento dos Correios e pivô da crise, Maurício Marinho, tenha isentado o deputado federal Roberto Jefferson de participação em esquema de cobrança de propinas.

– Foi tudo montado, e mal montado, para duvidar da inteligência do país e dos congressistas. No depoimento, Marinho não disse que mentiu, mas apenas que não sabia que estava sendo gravado.

O senador se declarou estarecido com a grande repercussão das declarações de Maurício Marinho, que sugerem que ele seja a "figura mais destacada do governo".



Líder do governo afirma que não houve movimento para retirada de assinatura em requerimento de criação da CPI dos Correios. Já a oposição aponta contradições na posição atual do PT e defende o papel do Congresso na investigação das denúncias

## Mercadante: governo quer rigor na apuração

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, afirmou que “não houve nem haverá nenhum movimento no Senado com o objetivo de retirar assinaturas do requerimento que cria a CPI dos Correios”. A declaração foi dada na quarta-feira, logo após encontro do parlamentar com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Para criar uma comissão de inquérito, é necessária a adesão de no mínimo 171 deputados federais e 27 senadores.

– O presidente Lula me disse hoje que isso [as denúncias de corrupção nos Correios] será apurado com todo o rigor,



**CORTESIA** Em visita a Mercadante (D), Severino Cavalcanti agradece aprovação de Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça

até o fim. E jamais a Polícia Federal teve tanta liberdade e apresentou tanta eficácia em seus trabalhos, com uma forma independente e republicana de

atuar, seja onde for, seja contra quem for – ressaltou.

Segundo Mercadante, o presidente também destacou que os resultados econômicos e so-

ciais de seu governo são muito melhores do que os do anterior. O senador ressaltou que “o Brasil cresceu mais no ano passado que em qualquer ano do governo anterior, a inflação está sob controle, houve recordes de exportações, as contas públicas melhoraram e as políticas sociais avançaram”.

– Portanto, a oposição tem dificuldade de debater a vida da população, que melhorou. É por isso que eles querem mudar a pauta e tratar, sobretudo, desse tema da vida política – observou o senador, que ainda reconheceu que o governo “é minoria no Congresso, ao contrário da oposição, que tem

uma grande força”.

Logo após o encontro com Mercadante, Severino explicou que visitou o senador para agradecer pela aprovação, no dia anterior, do nome de Alexandre de Moraes para uma das vagas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Senado votou pela segunda vez, na terça-feira, a indicação de Moraes. Seu nome já havia sido aprovado na Câmara, mas fora vetado no Senado no último dia 18.

– Grande parte da solução encontrada no Senado se deve ao senador Mercadante. Por isso, vim aqui lhe agradecer – declarou o presidente da Câmara dos Deputados.

### César Borges



**INSTABILIDADE** Para César Borges, país vive uma “grave crise” devido às denúncias de corrupção nos Correios

### Sociedade tem o direito de conhecer a verdade

César Borges (PFL-BA) criticou o governo federal por tentar barrar a instalação da CPI dos Correios. Para o senador, é inegável que o país vive uma “grave crise” devido às denúncias de corrupção contra o ex-diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício Marinho.

– É um fato gravíssimo e a sociedade tem o direito de conhecer a verdade sobre esse ato criminoso – afirmou o parlamentar.

César Borges disse acreditar que, se a revista *Veja* não denunciasse o caso, o esquema de corrupção ainda estaria funcionando na estatal. O senador acredita que podem existir outros esquemas semelhantes no atual governo.

### Antero de Barros



**CENSURA** Antero critica pressão do governo para retirada de assinaturas do requerimento que cria a CPI

### "Exterminador de CPIs será a marca de Lula"

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que, a exemplo dos ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Fernando Henrique Cardoso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva também deixará uma marca, “a qual não será” o Fome Zero.

– A marca de Lula será a de exterminador de CPIs – disse.

Após criticar a pressão para que parlamentares retirassem assinaturas do requerimento que cria a CPI do Correios, Antero leu notas publicadas quarta-feira pela *Folha de S. Paulo*. Em uma delas, observou, o deputado Roberto Jefferson teria dito que, se ele tiver de sentar numa cadeira de réu, lá também estarão o secretário-geral e o tesoureiro do PT.

### Ana Júlia



**LEGITIMIDADE** Ana Júlia questiona autoridade dos que hoje defendem a criação da comissão de inquérito

### Objetivo da oposição não é a apuração séria

Embora tenha inicialmente defendido a assinatura no requerimento para criação da CPI destinada a investigar as denúncias nos Correios, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) manifestou a decisão de rever sua posição.

– Estou sendo convencida, pela oposição, de que os objetivos dessa CPI, infelizmente, não são o de fazer uma apuração séria – declarou.

Ana Júlia questionou a autoridade dos parlamentares que estão hoje na oposição para exigir a investigação. A senadora lembrou que o caso Sivam, o Proer, “o grampo do BNDES” e o “dossiê Cayman” estão entre as irregularidades do governo FHC que não puderam ser investigadas por meio de CPIs.

### Cristovam Buarque



**FILIGRANAS** “Não sinto nesta Casa um debate que fique para a história do Brasil”, lamenta Cristovam

### Discussão lembra história em quadrinhos

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou em Plenário, na quarta-feira, sentir-se como “personagem de uma história em quadrinhos”, em meio às discussões sobre a CPI para investigar denúncias de corrupção nos Correios.

– Não sinto nesta Casa, nos últimos dias, um debate que fique para a história do Brasil. Nós todos hoje estamos vivendo um tempo de história em quadrinhos. Enquanto estamos aqui discutindo essas filigranas, lá fora a Amazônia está pegando fogo; no Nordeste, 1,5 milhão de crianças não se matricularam na escola; professores são mal remunerados; pessoas morrem em filas de hospital; milhões de desempregados se desesperam – declarou ele.

### Heloísa cobra autonomia do Congresso

Ao confirmar o compromisso de instalação da CPI dos Correios, suscitada por denúncias de corrupção divulgadas pela revista *Veja*, o Congresso demonstraria que não se vende ao balcão de negócios instalado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. A opinião é da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), para quem, se a comissão não funcionar, terá sido por influência do presidente.

– Quem manda no governo é Lula, um homem brilhante, mas que traiu a concepção da esquerda socialista democrática, desprezou as relações com o Parlamento e consolidou o balcão de negócios e a promiscuidade entre governo e Congresso – disparou.

Heloísa disse ter sentido profunda tristeza durante a sessão do Congresso, na manhã de quarta-feira, ao ver “o cinismo e a dissimulação” da bancada do PT ao apresentar “desculpas esfarrapadas” para impedir a investigação. O PT teria passado a invocar, segundo a senadora, os mesmos argumentos usados pelo governo Fernando Henrique para impedir CPIs: golpe político e desestabilização da democracia.



Contrariando a bancada de seu partido, Eduardo Suplicy anuncia decisão de assinar requerimento da CPI. Simon alerta o governo para os riscos da tentativa de inviabilizar a CPI, enquanto Almeida Lima garante que opositoristas não têm intenção golpista

### Almeida Lima



**LEGALIDADE** "Não há neste país, sobretudo na oposição, nenhuma postura golpista", diz Almeida Lima

### Oposição não quer provocar instabilidade

Ao defender a instalação da CPI dos Correios, o senador Almeida Lima (PSDB-SE) afirmou quarta-feira em Plenário que a oposição não deseja provocar instabilidade no governo. O senador disse que as denúncias de corrupção nos Correios envolvem todo o país e que a nação brasileira deseja ouvir e participar do fato.

– Não há neste país, sobretudo na oposição, nenhuma postura golpista – assegurou.

O parlamentar argumentou que personalidades da República “começam a enxergar chifre em cabeça de cavalo”, pois as instituições do país estão em pleno funcionamento. Para ele, a oposição, “apesar dos entraves criados pelo governo”, exerce seu papel ao propor a instalação da CPI.

Almeida Lima observou que o governo federal não tem a base necessária no Congresso Nacional para “estabelecer a governabilidade”. Disse ainda que a maioria que Lula tem na Câmara é a “maioria do tomalá-dá-cá”.

### Pedro Simon



**TÁTICA** Segundo Simon, líderes do PT usam os mesmos argumentos do governo FHC para evitar CPIs

### Líderes do PT usam argumentos que condenaram

Preocupado com a possibilidade da retirada de assinaturas do requerimento para abertura da CPI para investigar as denúncias de corrupção nos Correios, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente da República vive hoje o momento mais importante de sua carreira política.

– Se o governo conseguir inviabilizar a CPI, Lula perderá sua moral, sua dignidade, sua ética – asseverou o senador.

Para Simon, a derrubada da CPI seria uma humilhação para o Congresso Nacional.

– No governo Fernando Henrique Cardoso, o PMDB e o PT gritaram para impedir que FHC trabalhasse para inviabilizar instalação de CPIs. Hoje, vejo com tristeza os líderes do governo e do PT usarem dos mesmos argumentos daquela época – comentou.

Em apartes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PT-DF) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apoiaram a posição defendida por Pedro Simon.

### Eduardo Suplicy



**INDEPENDÊNCIA** Suplicy diz que assina pedido ainda que tenha de abrir mão de candidatura em 2006

### Apoio à CPI por uma questão de consciência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que, após longa reflexão, iria contrariar a orientação de seu partido e assinar o requerimento de instalação da CPI dos Correios. Ele disse ter tomado a decisão por uma questão de consciência e por acreditar que a abertura da investigação será melhor para o país e para o presidente Lula.

– Sinto que essa é a minha responsabilidade perante os eleitores e estou certo de que o faço para o bem de meu partido, mesmo que tenha de abrir mão da candidatura ao Senado pelo PT em 2006 – declarou.

Suplicy narrou que, em carta enviada ao presidente Lula, ele ponderou que o dilema atual é o maior de sua vida parlamentar, e que nunca uma decisão da direção do partido esteve tão distante da vontade popular.

Os senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Augusto Botelho (PDT-RR) elogiaram a decisão de Suplicy. Já o senador Cristovam Buarque (PT-DF) adiantou que iria respeitar a determinação do partido.

## Bornhausen: Legislativo não pode ser desacreditado

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) defendeu na quarta-feira, durante a sessão conjunta do Congresso, a instalação da CPI para investigar suposta corrupção nos Correios.

– Acho que o governo não conseguirá retirar as assinaturas do pedido de criação da CPI. Tenho a sensação de que a maioria dos parlamentares que assinaram honrará a manutenção de sua assinatura. Por que retirar? É uma questão de caráter. Cada eleitor deverá examinar – destacou.

O senador afirmou que o objetivo da CPI não é atingir o Planalto, e sim manter a integridade do Congresso. Disse também que a democracia tem como pilar o Legislativo, que não pode ser desacreditado.

### Clamor da sociedade

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) também disse não acreditar na instalação da comissão.

– A sessão de hoje [quarta-feira] foi tocada pela emoção. Mas é preciso que o PT entenda que há uma percepção da sociedade de que esta Casa vai lutar pela CPI. Há um clamor da sociedade – afirmou.

Heráclito Fortes (PFL-PI), após a leitura do requerimento

de instalação da comissão, observou que qualquer movimentação do governo para “abortar a criação da CPI” prejudica sua credibilidade.

– Tecnicamente, a CPI está criada. Falta apenas a instalação, que vai depender da indicação dos nomes por parte da liderança – frisou Heráclito.

Para o parlamentar, o governo mostra temor em relação à apuração dos fatos.

– Se o governo não teme, deve mandar apurar – afirmou.

### Papel institucional

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) disse que o Congresso deve cumprir seu papel de apurar fatos que envolvam corrupção no governo.

Ele salientou que a CPI é um instrumento legítimo e constitucional do Parlamento e deve ser utilizado quando há fatos que exigem investigação. Segundo o senador, casos de corrupção comprometem o processo de aprofundamento democrático no país.

– As denúncias contra os Correios têm um objetivo determinado; deve-se punir quem deva ser punido e mandar para a cadeia quem deva ser mandado para a cadeia – comentou.



**CRIVO** "Por que retirar assinatura? É uma questão de caráter. Cada eleitor examinará", questiona Bornhausen



**PAPEL** Segundo Mesquita Júnior, a CPI é um instrumento legítimo e constitucional do Parlamento

## Museu do Senado

### Uma história de arte

O Senado Federal possui um museu para relembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.

2ª a 6ª feira  
Manhã - 9h30 às 11h30  
Tarde - 14h30 às 17h30

Sábados, domingos e feriados  
10h 11h 12h 13h 14h

Informações: 311-4331/4029



## Efraim diz que governo do PT gasta apenas no que é supérfluo

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou em discurso, na quarta-feira, que, depois de dois anos e meio de governo, os números demonstram que a administração do PT gasta o dinheiro público de forma irracional, no que é supérfluo, e realiza investimentos insignificantes no que poderia contribuir para a economia nacional e para melhorar as condições de vida da população.

Para fundamentar seu ponto de vista, o senador citou duas matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*, nesta semana. A primeira delas, veiculada no último domingo, informa que, nos últimos dois anos, o governo gastou R\$ 39,2 milhões na reforma de prédios da Esplanada dos Ministérios. Mais do que isso, destacou Efraim: especialistas consultados garantiram que melhores resultados poderiam ser obtidos com menor investimento.

Na segunda-feira, prosseguiu o senador, o mesmo jornal informou que, até o dia 10 de maio, o governo federal havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este



**FONTE** Efraim Morais fundamenta ponto de vista em reportagens do *Correio Braziliense*

ano. Dos R\$ 21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, tinham sido pagos até aquela data R\$ 255 milhões. Na opinião de Efraim, muitos programas considerados prioritários pelo Executivo não receberam um centavo sequer.

– Vale ressaltar que, no quadrimestre em questão, o governo obteve um excesso de arrecadação astronômico, da ordem de R\$ 5,7 bilhões. Ainda assim, em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais e de casas populares, em projetos de irrigação ou no assentamento de trabalhadores rurais, o governo mantém o mais severo arrocho fiscal, no firme desígnio de alcançar, ou até superar, um monumental superávit primário de 4,25% do produto interno bruto – disse Efraim.

## Mão Santa critica juros altos e conclama à luta pela igualdade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou, na quarta-feira, a política de juros altos praticada pelo governo, pedindo que ela seja modificada. Ele também conclamou toda a população a lutar pelo ideal de igualdade no Brasil.

Mão Santa afirmou que a política de juros é injusta porque favorece os bancos e prejudica os trabalhadores. Ele citou um cálculo segundo o qual o trabalhador que tivesse depositado R\$ 100 em sua poupança, em 1994, poderia sacar hoje R\$ 300; mas quem tivesse tomado emprestado o mesmo valor na mesma época, estaria devendo hoje R\$ 300 mil.

– Quem poupou poderia comprar hoje alguns pneus, enquanto o banco que emprestou poderia comprar nove carros – estimou o parlamentar.

Mão Santa lembrou que a democracia nasceu dos gritos de “igualdade, liberdade e fraternidade”, e acrescentou que “nunca houve tanta desigual-



**INJUSTIÇA** Para Mão Santa, política do governo favorece os bancos e prejudica os trabalhadores

dade neste país”, chamando a atenção para os índices de desemprego.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) falou sobre projeto de sua autoria que estabelece que todas as aposentadorias sejam baseadas no salário mínimo. O senador afirmou que o projeto (PLS 58/03) conta com mais de 500 mil assinaturas de apoio popular e previu que será atingido o número de 1 milhão.

# Crise política em Rondônia pode ter comissão mista

■ Fátima Cleide propõe ação conjunta de senadores e deputados para acompanhar evolução do quadro

O Congresso Nacional poderá criar comissão mista especial externa, formada por senadores e deputados, destinada a acompanhar e dar parecer sobre a crise política que ocorre no estado de Rondônia, agravada com a veiculação, pela TV Globo, de imagens nas quais deputados estaduais são flagrados exigindo propina do governador Ivo Cassol em troca de governabilidade. A criação



**ATENÇÃO** Fátima Cleide acolheu pedido de deputados para serem integrados à comissão especial

da comissão foi requerida na quarta-feira pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

No último dia 17, o Plenário do Senado havia aprovado

requerimento de autoria da mesma parlamentar, criando comissão externa formada por senadores para analisar a situação político-institucional de Rondônia. Mas os deputados federais do estado defenderam o entendimento de que a comissão também deveria ser integrada por eles, para que o processo de investigação fosse ampliado e obtivesse maior legitimidade, o que foi aceito pela senadora.

No intuito de dar transparência e afastar qualquer ingerência política nos trabalhos da comissão externa, senadores e deputados de Rondônia decidiram que ficarão como suplentes no colegiado.

## Renan encaminha à Câmara decisão sobre veto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados a decisão sobre questão de ordem formulada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), durante a sessão do Congresso Nacional de quarta-feira.

O deputado petebista solicitou providências para o exame dos vetos do presidente da República aos projetos que elevam em 15% os salários dos servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Arnaldo Faria de Sá pediu a designação de comissão mista para analisar os vetos e a definição de um cronograma de trabalho, inclusive com a fixação de data para votação da matéria, havendo ou não relatório da comissão mista.

– Antes de decidir a questão de ordem, vou ouvir a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados – disse Renan Calheiros.

O presidente do Senado explicou que iria ouvir primeiro a CCJC da Câmara, conforme determina o Regimento Comum do Congresso, já que a questão de ordem, relativa a matéria constitucional, foi formulada por deputado.

## Ideli destaca conquistas do governo e do Congresso

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou em discurso conquistas do atual governo e do Congresso, com o objetivo, segundo ela, de evitar que espectadores das TVs Senado e Câmara “tenham a impressão de que nada está acontecendo de bom, nada está tendo resultado, de que não há benefícios para o país e para a população”. Ela disse querer mostrar aspectos positivos, “apesar de todo o debate e do combate à CPI”. A senadora estava se referindo à criação da comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitada pela oposição.

Ideli ressaltou a aprovação, pelo Senado, na véspera, do projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04) que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do qual foi relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ela lembrou que a matéria, aprovada após 13 anos de tramitação, beneficia, sobretudo, a população de baixa renda. Ideli informou que 84% do déficit habitacional brasileiro acometem as famílias que ganham o equivalente a até três salários mínimos por mês. Salientou ainda os benefícios econômicos do projeto, que promete

incentivar a indústria e o comércio da construção civil.

A parlamentar também destacou a notícia sobre as exportações para países da América Latina, que superaram as feitas para os Estados Unidos. Para ela, esse é o primeiro indício de que a mudança estratégica da política externa do governo, voltada para os países vizinhos, está dando certo.

Ideli acrescentou que 84,8% dos produtos vendidos para os países latino-americanos são semimanufaturados e manufaturados, que geram empregos em maior volume e mais qualificação. Afirmou ter presenciado recentemente, no Japão, uma grande expectativa com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na visita que deve gerar investimentos de US\$ 2 bilhões desse país no Brasil, além de US\$ 4 bilhões da Coreia do Sul.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que Ideli trazia “assuntos de substância”, quando a oposição quer se ocupar com “um pretenso escândalo” sem “raízes firmes”. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), destacou acertos da política externa, sobretudo com países árabes, com os quais o comércio pode chegar a US\$ 16 bilhões em curto prazo. Ana Júlia Carepa (PT-PA) parabenizou a senadora pelo pronunciamento.



**NECESSIDADE** Paim diz que obra será via alternativa para tráfego violento da rodovia BR-116

## Paim quer pressa no anel rodoviário de Porto Alegre

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou pressa na construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre, intitulado Rodovia do Progresso, a fim de estabelecer uma via alternativa para o tráfego da rodovia BR-116. Ele afirmou em Plenário, na quarta-feira, que, além dos congestionamentos registrados naquela via, um trecho, o que liga Novo Hamburgo a Porto Alegre, é considerado o mais violento entre todas as estradas federais do país.

– Apenas em 2004, foram 2.281 acidentes, resultando em 658 feridos e 20 vítimas fatais. Pela importância da região, é fundamental que medidas práticas e urgentes sejam tomadas – ressaltou o senador.

Paim disse acreditar que o anel impulsionará o progresso da região e lembrou que o trecho é rota de ligação do Brasil aos outros países do Mercosul.

## Plenário adia votações para terça-feira

Na presidência da sessão da quarta-feira, o senador Tião Viana (PT-AC) informou que os líderes partidários não comunicaram nenhum acordo para que fossem realizadas as votações do dia e, assim, foi adiada para terça-feira a análise de cinco propostas de emenda à Constituição (PECs) e quatro projetos de decreto legislativo.

Entre as PECs, a da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que cria a licença-maternidade para mulheres que adotarem crianças. O tempo da licença irá variar de 30 a 120 dias, conforme a idade do adotado.

# PEC Paralela deve ser aprovada antes de julho

■ Relator da proposta na CCJ, Tourinho anuncia entrega do parecer ainda no início do mês de junho

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que até o fim da próxima semana ou, no máximo, até o início da semana seguinte apresentará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer a respeito da chamada PEC Paralela da Previdência, que voltou ao Senado por ter sido modificada na Câmara. Os deputados aprovaram 23 alterações na proposta original do Senado. Tourinho defende o exame e a promulgação da matéria antes do início do re-



**PROMESSA** Tourinho anuncia que vai preservar o espírito do projeto aprovado pelos senadores

cesso do Congresso Nacional, previsto para julho.

– Meu relatório vai honrar e preservar o espírito da PEC Paralela aprovada por unanimidade no Senado, graças a um acordo que envolveu todas as lideranças partidárias e mais os ministros da Casa Civil e da

## Maciel pede sugestões para reforma do Regimento

Presidente da comissão especial destinada a promover a reforma do Regimento Interno, o senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu que senadores e presidentes de partidos políticos façam sugestões para as mudanças a serem adotadas. Em pronunciamento na quarta-feira, o parlamentar pernambucano adiantou que a comissão pretende apresentar a reforma em etapas.

– Iremos progressivamente, por meio de diferentes resoluções, que irão permitir que o Senado Federal aprimore o seu funcionamento – afirmou Marco Maciel, acrescentando

que “muito brevemente” algumas medidas e propostas serão apresentadas para debate.

Maciel disse que a reforma regimental tem como objetivo o aperfeiçoamento da “nossa lei interna”.

– A reforma do Regimento Interno vai ensejar que, na medida em que aperfeiçoamos o Regimento, a Casa melhora cada vez mais o seu desempenho, tornando seus trabalhos cada vez mais compatíveis com as necessidades e as demandas da sociedade – assegurou Marco Maciel.

A comissão especial destinada a promover a reforma do

## Renan adia reunião sobre a reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou, durante sessão do Congresso Nacional na quarta-feira, o adiamento da reunião com os presidentes de partidos e líderes para tratar da reforma política. A reunião estava prevista para as 10h15, mas, diante do prolongamento dos debates sobre a CPI dos Correios, Renan resolveu adiá-la. A decisão foi tomada em comum acordo com o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti.

Em discurso durante a ses-

são, Renan afirmou que não vai permitir que seja paralisada a reforma política, aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, e que terá de ser concluída ainda este ano para que as novas regras tenham validade já nas eleições de 2006.

A verticalização (instrumento que obriga a repetição, nos estados e municípios, das alianças federais), o fortalecimento da fidelidade partidária para impedir o troca-troca de partidos e a criação da federação de partidos são os pontos princi-

Previdência e até o presidente Lula. Entendo que deve ser compromisso de honra do Senado aprovar a PEC o mais rapidamente possível – afirmou.

O senador disse que a essência da proposta será mantida. Dessa forma, explicou, as principais medidas que beneficiam o funcionalismo poderão ser promulgadas. Outro assunto abordado pelo senador baiano foi a questão do gás natural. Ao considerar essa matriz energética como estratégica para o futuro próximo, Rodolpho Tourinho pediu que seja acelerada a implantação do Gasene, gasoduto que deverá fazer a interligação das malhas de gás natural do Sudeste com as do Nordeste, assim como os diversos gasodutos previstos para a região Nordeste.



**APRIMORAMENTO** Maciel afirma que comissão especial vai apresentar as propostas aos senadores em etapas

Regimento foi constituída por proposta do senador Tião Viana (PT-AC), que é seu relator, e tem como vice-presidente o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). É composta ainda pelos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Papatálio Paes (PMDB-AP).

pais em debate.

Para fortalecer o instituto da fidelidade partidária, segundo Renan, é necessário alterar o Regimento para que a distribuição de cargos da Mesa e a participação nas comissões passem a observar a proporcionalidade dos votos obtidos pelos partidos nas eleições e não mais o tamanho das bancadas no momento das decisões. Deve-se também ampliar o prazo de filiação partidária para quatro anos, de acordo com projeto aprovado no Senado.



**INICIATIVA** Azeredo pede voto de aplauso para o governador Aécio Neves, por investir na capital mineira

## Azeredo elogia conjunto de obras para Belo Horizonte

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), pediu na quarta-feira um voto de aplauso à iniciativa do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que anunciou obras no valor de R\$270 milhões para Belo Horizonte, cidade que tem como prefeito o petista Fernando Pimentel. Entre as obras, estão a construção de um viaduto, duplicação de vias e construção de uma linha verde ligando o centro da cidade ao Aeroporto Tancredo Neves.

Azeredo reiterou que o governo federal prometeu recursos, mas não os repassou e tem enviado “minguados recursos” para o metrô de Belo Horizonte.

– Aécio Neves dá o bom exemplo de que busca o entendimento, trabalhando e não fazendo uma política menor.

O senador disse que levava essas informações ao Plenário para mostrar que o PSDB não quer uma crise institucional. O partido deseja que os exemplos de governos do PSDB possam ser seguidos, com administrações eficientes e respeito à oposição, afirmou. Ele esclareceu que o PSDB insiste na instalação da CPI porque se trata de uma questão nacional e que o partido não quer, com isso, antecipar o processo eleitoral.

Eduardo Azeredo desmentiu que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tenha usado o termo “sertanização” para se referir à política praticada em Brasília, e que em nenhum momento faltou com o respeito ao presidente Lula. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ponderação nas palavras de Fernando Henrique no sentido de contribuir para o equilíbrio do país.